

UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
CURSO DE HISTÓRIA

JONATAN DE SOUZA TOMAZ

**RETRATOS DO NEGRO NO BRASIL: UMA LEITURA
HISTORIOGRÁFICA EM NINA RODRIGUES**

CRICIÚMA

2014

JONATAN DE SOUZA TOMAZ

**RETRATOS DO NEGRO NO BRASIL: UMA LEITURA
HISTORIOGRÁFICA EM NINA RODRIGUES**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado para a obtenção do Grau
de Bacharelado e Licenciatura no curso
de História da Universidade do Extremo
Sul Catarinense - UNESC.

Orientador (a): Prof^a. MsC. Lucy Cristina
Ostetto.

CRICIÚMA

2014

JONATAN DE SOUZA TOMAZ

**RETRATOS DO NEGRO NO BRASIL: UMA LEITURA
HISTORIOGRÁFICA EM NINA RODRIGUES**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado para a obtenção do Grau
de Bacharelado e Licenciatura no curso
de História da Universidade do Extremo
Sul Catarinense-UNESC.

Criciúma, Novembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Msc. Lucy Cristina Ostetto (Orientadora) – UNESC

Prof. Msc. Tiago da Silva Coêlho – UNESC

Prof. Msc. Carlos dos Passos Paulo Matias - UNESC

“Porque se aprendermos que nossos ancestrais estavam construindo grandes civilizações, que dominavam técnicas de navegação, agricultura e de metalurgia, que tinham uma relação com a natureza não predatória, que expressavam uma cultura extremamente rica etc., talvez teríamos o orgulho de sermos a segunda maior nação negra do planeta, e não estaríamos nos questionando quem é e quem não é negro no Brasil. Enfim, teríamos nossa autoestima no posto que ela deveria estar, e de consequência, talvez não brigáramos por meras cotas que no fundo não nos tornam totalmente visíveis na sociedade. Nossos estudantes teriam orgulho de afirmar que também são filhos de nossos ancestrais africanos. (OLIVEIRA E LINS, 2011. p 246).

Resumo

Busca-se entender, nesta pesquisa, qual imagem Nina Rodrigues traça do homem africano e seus descendentes em sua obra “O Homem Africano no Brasil, escrita em fins do século XIX e quais as discussões acerca do homem negro na sociedade brasileira. Nina Rodrigues fazia parte de um grupo de intelectuais brasileiros que adaptaram e utilizaram, em fins do século XIX e início do XX, teorias de cunho raciais nas quais o homem mestiço é visto como inferior cultural e intelectualmente ao homem branco, este tido como raça pura e desenvolvida, apoiando-se em teorias evolucionistas e positivistas importadas da Europa. Procura-se então, identificar esta imagem traçada pelo autor sob uma visão crítica e atualizada afim de compreender por quais caminhos se dá a inserção do negro na história do Brasil, tendo como objetivo analisar de que forma o negro brasileiro e sua história são retratados neste trabalho, compreender o momento em que o autor constrói esta imagem acerca do negro brasileiro, identificar o discurso construído acerca do papel do homem africano, além de contribuir para uma melhor compreensão do papel que foi relegado ao negro brasileiro na historiografia nacional, utilizando-se de autores e pesquisadores que trabalharam temas relacionados ao autor e a questões raciais contidas em sua obra. Dos resultados obtidos é possível visualizar o modo como a elite social e científica do final do século XIX e início do século XX utilizou-se do discurso científico para reafirmar o espaço por ela ocupado dentro da sociedade brasileira, e desta forma dirigir a massa social composta principalmente por negros e mestiços, através do discurso racista onde o elemento negro/mestiço é classificado cientificamente como inferior e sujeito a dominação.

Palavras chave: Historiografia. Racismo. Negro. Cientificismo. Nina Rodrigues.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao Divino por conspirar ao meu favor de maneiras que eu, na maioria das vezes, desconheço e apenas com a minha fé alcanço.

À minha mais que estimada orientadora, Lucy Cristine Ostetto, não apenas por ter me mostrado este caminho, mas também por ter me ajudado a construí-lo e a caminhar por ele.

À minha FAMÍLIA, pelo amparo. Desde sempre, e para sempre.

Aos meus amigos.

E a todos aqueles que contribuíram, de alguma forma, para que eu chegasse até aqui.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 AS TEORIAS RACIAIS	12
2.1 AS TEORIAS RACIAIS DO SÉCULO XIX.....	12
2.2 AS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL	19
3 NINA RODRIGUES: VIDA, OBRA E TEORIAS	29
3.1 UM POUCO DA HISTORIA DO AUTOR	29
3.2 APRESENTANDO A OBRA	34
3.3 EVIDÊNCIAS RACIAIS NA OBRA DE NINA RODRIGUES	39
4 CONCLUSÃO	44
REFERÊNCIAS:	47

1 INTRODUÇÃO

Partindo do pressuposto de que o negro, dentro da sociedade ocidental sempre foi tratado como um “problema”, termo que foi utilizado por Nina Rodrigues ao tentar fazer um apanhado geral de tudo o que envolvia, direta ou indiretamente, a questão dos povos africanos no Brasil, além de máquina de trabalho, e de que isto é, ainda, uma questão mal resolvida em nossa sociedade, tanto quanto era em fins do século XIX. A situação atual dos afro descendentes pouco se alterou, e apesar das tantas conquistas realizadas pelos movimentos negros no país, e salvo as exceções, o Brasil é ainda um país onde a maioria da população negra ou mestiça, sofre com o preconceito que foi construído durante longa data, e que hoje ainda é evidente, mesmo que na maioria das vezes esteja mascarado, como procura nos mostrar Abdias do Nascimento em sua obra sobre o genocídio do negro brasileiro por meio de um racismo mascarado.

Quando me foi apresentada a obra “Os africanos no Brasil”, ainda nos bancos acadêmicos durante a cadeira de História da África, ministrada maestralmente pela professora Lucy Cristine Ostetto, e depois durante minhas leituras sobre África e africanidades, esta foi uma obra que me despertou interesse. Apesar de escrita em fins do século XIX, uma leitura atual para quem está habituado a discutir questões como preconceito e discriminação racial, desperta não apenas paixões, mas também um forte sentimento de que a situação pouco se alterou desde então. Aquele discurso fortemente marcado por um determinismo de que os povos negros e seus descendentes estão fadados a manterem-se uma casta abaixo na escala social de nossa sociedade ocidental branca, de preferência na aparência, ou no mínimo culturalmente, é ainda cultivado e passado adiante.

A partir de então formulei questionamentos acerca do como Nina Rodrigues retrata o negro brasileiro. Qual imagem o autor faz do negro e seus descendentes em sua obra “Os africanos no Brasil”? Por quais caminhos se dá a inserção do negro na história do Brasil? De que maneira Nina Rodrigues retrata as questões sobre África, africanos e seus descendentes na história do Brasil? De que forma as teorias raciais de seu tempo irão influenciar o autor em seu discurso acerca dos negros e mestiços? Desta forma, a escolha desta obra para a realização deste trabalho não se deu de forma aleatória. Procurei discutir a formação de um pensamento racista e discriminatório dentro da sociedade brasileira utilizando o livro

“Os africanos no Brasil”, escrito por Raimundo Nina Rodrigues, compilado a partir das pesquisas do mesmo autor entre os anos de 1890 a 1905, que é na verdade uma espécie de inventário dos negros no Brasil e de suas contribuições ao cenário nacional, sendo esta obra considerada a primeira a discutir a questão dos povos negros no país.

Sob um viés da história cultural, utilizando-se da visão foucaultiana da arqueologia do saber, e buscando no texto produzido pelo autor evidências que comprovem a ideia de construção de um discurso que influenciou, e ainda influencia, a discriminação e o preconceito baseado na divisão da sociedade por raças, o presente trabalho teve como objetivo principal analisar o modo como o negro brasileiro e sua história são retratados na obra de Nina Rodrigues intitulada "Os africanos no Brasil", e ainda compreender o momento em que o autor constrói esta imagem acerca do negro brasileiro, além de buscar identificar na obra de Nina Rodrigues o discurso construído sobre o homem africano, e desta forma então contribuir para uma melhor compreensão do papel que foi relegado ao negro brasileiro na historiografia nacional. Segundo Nascimento, sendo “ele próprio um mulato, Nina Rodrigues beatamente assumiu os postulados de certa ciência europeia” e “os trabalhos que deixou tipificam a visão prevalente naquela época a respeito da África e da raça negra”¹

Da metodologia utilizada para a construção do texto partimos do surgimento das teorias raciais durante o século XIX ainda na Europa, e a maneira como estas teorias irão classificar como inferior, dentro da ciência, o homem negro, tanto biológica quanto culturalmente. A partir desta premissa, trabalhamos a forma como estas teorias foram introduzidas e adaptadas ao cenário brasileiro, cenário este de completa miscigenação, para total desconforto de quem defendia teorias que definiam a mistura de raças como degeneração. Após uma análise das mais importantes teorias introduzidas no país, é possível visualizar, em uma leitura da obra de Nina Rodrigues, o modo como ele enxerga a sociedade brasileira miscigenada. A partir de então, foi preciso voltar às suas origens e analisar sua criação, formação acadêmica e modo de vida, para melhor compreender sua visão sobre a população brasileira. Após esta pesquisa, adentramos na obra em si, para verificarmos seu conteúdo e a forma como foi escrita e discutida. Nina Rodrigues

¹ NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p 67.

levou mais de uma década para compilar “Os africanos no Brasil”, e mesmo assim deixou os capítulos finais incompletos, mesmo assim, o que deixou escrito soma uma vasta obra, fruto de suas pesquisas no campo científico e antropológico. Por último foi necessário identificar em seu texto, momentos de seu discurso em que o autor deixa claro sua visão sobre a inferioridade racial dos negros e mestiços, baseadas nas teorias científicas de seu tempo.

Este trabalho foi estruturado a partir de dois capítulos. O primeiro, intitulado “As teorias raciais” foi dividido em duas partes. Assim, inicialmente, em “As teorias raciais do século XIX” discutimos as teorias científicas que tratam as questões raciais em seus momentos de formação ainda na Europa durante todo o século XIX, e até mesmo em fins do século XVIII. A construção destas teorias está intimamente ligada ao colonialismo europeu e a subjugação dos povos considerados inferiores. Num segundo momento deste capítulo, sob o título “As teorias raciais no Brasil” historicizamos a maneira que estas teorias foram introduzidas num Brasil já completamente miscigenado, e portando incapaz de se tornar uma sociedade biracial, e então adaptadas ao cenário nacional de forma a manter uma elite branca, ou quase branca, no poder e manter as massas em seu lugar de passividade.

Já o segundo capítulo foi dividido em três partes que recebeu o título “Nina Rodrigues: vida, obra e teorias”. Num primeiro momento, em “Um pouco sobre a vida do autor”, discutimos a vida de Nina Rodrigues, de seu nascimento à formação acadêmica e inserção no meio social-científico de seu tempo. Na segunda parte do capítulo, “Apresentando a obra”, tratamos de discutir o modo e o momento em que a obra do autor, intitulada “Os africanos no Brasil”, e que serviu como fonte primária para nossa pesquisa, foi construída. Para a terceira e última parte deste capítulo, intitulada “Evidências raciais na obra de Nina Rodrigues”, sendo o foco principal da pesquisa, tratamos de identificar no discurso do autor as teorias raciais por ele defendidas e que demonstram o pensamento racial e discriminatório utilizado na época para com os povos negros e seus descendentes.

Para a compilação do nosso texto, utilizamos como referencial a escritora Lilian Moritz Schwarcz (2011) que discute em seu livro “O espetáculo das raças”, a adaptação e utilização das teorias raciais no Brasil durante o fim do século XIX e início do XX e suas consequências nas décadas posteriores, além de Hannah Arendt e sua teoria do totalitarismo para entendermos o espaço requisitado pela sociedade branca ocidental sobre as populações consideradas então “inferiores”. Utilizamos

também diversos escritores que pesquisaram a vida e a obra de Nina Rodrigues, como Mariza Correa que trabalhou a questão da “garantia da ordem social” na obra de Rodrigues, Vanda Fortuna Serafim, que fez larga pesquisa sobre a visão do autor acerca das religiões africanas e afro-brasileiras, e Thyago Ruzemberg Gonzaga de Souza que trabalhou a racismo científico de Rodrigues nos seus escritos sobre as sublevações e quilombos, Abdias do Nascimento que escreveu sobre o genocídio do negro brasileiro através de um processo mascarado de racismo, Beatriz Gallotti Mamigonian, e seu texto sobre “África no Brasil: mapa de uma área em expansão”, entre tantos outros. Este trabalho consta ainda de conclusões e referências.

2 AS TEORIAS RACIAIS

2.1 AS TEORIAS RACIAIS DO SÉCULO XIX

Neste capítulo procuramos compreender como se dá o surgimento das teorias raciais que irão mover o pensamento ocidental a partir do século XIX, iniciando-se primeiramente as discussões na Europa e depois EUA, para depois serem importadas para o Brasil, e que irão gerar as políticas de segregação da população negra, indígena ou mestiça, enfim, tudo o que não fosse nem parecesse “branco” segundo os padrões então impostos. No Brasil estas teorias serão adaptadas, pois não comportam sua originalidade devido ao fato de a grande maioria da população do país, inclusive boa parte da elite, ser mestiça. Seguindo traços do surgimento destas teorias desde a Europa até sua entrada e adaptação no Brasil, comprometemo-nos, assim como na visão foucaultiana da arqueologia do saber², em buscar nos discursos produzidos por intelectuais e estudiosos, uma maneira de compreendermos de que modo estas teorias tomam forma e se inserem, primeiramente no meio acadêmico, e depois na sociedade de um modo geral, e são utilizadas em defesa de práticas sociais de poder e domínio.

Nas últimas décadas do século XIX o Brasil era um país de muitas cores e misturas, visto de fora como um país exótico e misterioso. A principal dessas misturas de cores apresentava-se na sua própria gente: uma nação formada por um apanhado de diferentes povos que ao longo dos séculos de colonização europeia havia se cruzado e entrecruzado tantas vezes até transformar-se no que os pesquisadores da época acreditavam ser uma nova raça, mestiça, surgida da mistura do elemento branco colonizador, do negro aqui deportado para o trabalho escravo e do indígena que habitava estas terras desde muito antes da chegada dos europeus. Segundo a pesquisadora Lilian Moritz Schwarcz, professora de antropologia da USP, e escritora do livro “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870 – 1930)”, que a partir deste momento

² Conforme GONÇALVES, Sérgio Campos. **O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault**. História e-História. Campinas/SP: NEE-UNICAMP, v. 1, p. 1-21, 2009. e CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. O processo de produção discursiva: uma visão da contribuição de Michel Foucault ao debate epistemológico. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 1, n. 1. 2001.

será muito citada nestas páginas, a miscigenação do povo brasileiro em fins do século XIX é:

Observado com cuidado pelos viajantes estrangeiros, analisado com ceticismo por cientistas americanos e europeus na questão racial, temido por boa parte das elites pensantes locais, o cruzamento de raças era entendido, com efeito, como uma questão central para a compreensão dos destinos dessa nação³

Como se pode perceber através da leitura deste trecho, a miscigenação em terras tupiniquins não é apenas observada com curiosidade, mas observada também com preocupação, dúvida e incompreensão.

Schwarcz refere-se em sua obra a diversos estrangeiros que por aqui passaram e ao ver quem eram os brasileiros, em questões raciais, e portanto miscigenadas, teceram suas mais elaboradas críticas à mescla de raças, como no caso do de Louis Agassiz, um reconhecido pesquisador suíço,

[...] que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental⁴,

e do Conde Arthur de Gobineau, que permaneceu no Brasil durante quinze meses e descreveu o brasileiro como “uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia”⁵, “causando uma degeneração do tipo mais deprimente tanto nas classes baixas como nas superiores”⁶. Gobineau afirmava que a mistura de sangue era responsável pela queda e degeneração das civilizações (Arendt, 1975).

Segundo o Dicionário de Conceitos Históricos, o termo raça atingiu seu apogeu como conceito científico no século XIX na Europa, e diz respeito a determinado conjunto de atributos biológicos comuns a um grupo humano. Apesar

³ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil : 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. p.14.

⁴ AGASSIZ, 1868 apud SCHWARCZ op. cit. p 13.

⁵ SCHWARCZ, op. cit. p 13.

⁶ GOBINEAU apud CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. p. 13-24. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petropolis, RJ: Vozes, 2002. 189 p 14.

de raça não ser uma palavra inventada naquele século, sua aplicação tal qual a conhecemos contemporaneamente, se dá a partir das ideias Iluministas:

O racismo, com os iluministas, definia raça como um grupo humano cujos membros possuíam características físicas comuns. Tal teoria voltou-se para a crença de que a raça não era apenas definida física, mas moralmente, bem como que as diferenças físicas acarretavam diferenças mentais hereditárias. Assim, a distinção do mundo em raças correspondia à divisão do mundo em culturas, e o comportamento do indivíduo era definido pelo grupo racial ao qual ele pertencia. Além disso, um sistema de valores universal classificaria as raças em superiores e inferiores.⁷

Os pensadores humanistas em fins do século XVIII, em especial Rousseau defenderam a ideia de uma raça única para a humanidade, sendo que os ideais da Revolução Francesa concediam direitos iguais a todos os homens (Arendt, 1972). Porém outros pensadores, posteriormente, tais como Buffon e De Pouw, passaram a defender diferenças raciais entre os seres humanos. Estas eram as teorias monogenistas, quando a raça humana é apenas uma, em contrapartida, a poligenia defendia a ideia de diferentes raças. Arendt (1972) escreve que foi Gobineau a introduzir o conceito de 'raça' como definição para diferenças entre seres humanos posteriormente usadas para separar homens em espécies diferentes.

A diferenciação racial, tal qual a conhecemos hoje, se dá com a introdução da biologia, em especial do evolucionismo, nas questões de raça. Foi a Antropologia Física a primeira ciência a estudar a variedade de raças, levando ao surgimento de uma disciplina especializada na determinação das diferenças biológicas entre as raças, a Frenologia. Criada ainda no final do século XVIII, teve grande desenvolvimento no século seguinte, influenciando muitos pensadores sociais, entre os quais o criador do positivismo, Auguste Comte, que estabelecia as características psicológicas de cada raça com base nas medidas e no tamanho do cérebro. Ela influenciou as teorias eugênicas sobre a superioridade das raças nos séculos XIX e XX, assim como no campo da Medicina e da Criminologia (Silva e Silva, 2002).

A grande maioria das teorias raciais em voga na Europa do século XIX, apoiadas pelo positivismo, pelo determinismo e evolucionismo, condenaram em

⁷ SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. 2 ed. **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo : Contexto, 2009, p 346.

absoluto a mistura racial. A ‘antropologia cultural’ ou ‘etnologia social’, os chamados evolucionistas sociais, que se constituem como disciplina nesse momento, tinham como foco central a questão cultural vista sob uma ótica evolucionista. Para estes, civilização e progresso eram modelos universais ou seja, todas as sociedades humanas deveriam passar pelos mesmo estágios de progresso evolutivo cultural, estágios esses que todas as sociedades deveriam apresentar conforme iam evoluindo. Estes acreditavam na humanidade como única, mas criam que o progresso cultural e o grau de civilização de cada grupo humano dependia de seu estágio evolutivo (Schwarcz, 2011).

Porém na mesma época, se dá o surgimento das teorias poligenistas, ensinando a divisão de grupos humanos através das raças, sendo que umas eram mais evoluídas que outras, e que a misturas de raças puras com raças inferiores levava ao surgimento de raças degeneradas com resultados catastróficos para o progresso físico e mental da humanidade (Schwarcz, 2011) e que “as diferentes raças humanas constituiriam ‘espécies diversas’, ‘tipos’ específicos, não redutíveis, seja pela aclimatação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade”⁸ além de que a mistura traria como consequência a perda da pureza racial e no surgimento de raças incapazes, o que comprometeria o potencial civilizatório da raça branca (Carone, 2002). Para os defensores desta teoria, o resultado da mistura racial era refletido na loucura, na criminalidade e no baixo senso moral de algumas populações miscigenadas, da qual o Brasil era um exemplo perfeito. Segundo Arendt (1975), o poligenismo negava qualquer relação entre as raças humanas e afirmou não haver nenhuma lei natural como elo de ligação entre todos os homens e todos os povos:

O poligenismo (...) ajudou a evitar casamentos inter-raciais nas colônias e a promover a discriminação contra indivíduos de origem mista, que, segundo o poligenismo, não são verdadeiros seres humanos, pois não pertencem à raça alguma.⁹

Para Lombroso, criador da Antropologia Criminal, a criminalidade era uma questão biológica e hereditária, e poderia ser identificada pela utilização da Frenologia (Silva e Silva, 2009), para ele, “as proporções do corpo eram o espelho

⁸ SCHWARCZ, op. cit. p 49.

⁹ ARENDT, Hannah; RAPOSO, Roberto. **As origens do totalitarismo**: Imperialismo, a expansão do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1992. p 84.

da alma”¹⁰ fazendo referencia ao biótipo, em especial o negro ou mestiço. Ainda segundo o Dicionário de Conceitos Históricos:

Em meados do século XIX, o conceito de raça migrou das ciências naturais e alcançou as ciências sociais e humanas. Com a publicação da obra de Charles Darwin, em 1859, e o desenvolvimento da teoria evolucionista a partir daí, o racismo ganhou novas perspectivas, com o chamado darwinismo social, que lastreada na teoria da evolução e na seleção natural afirmava não só a diferença de raças humanas, mas a superioridade de umas sobre as outras e, ainda, que a tendência das raças superiores era submeter e substituir as outras. A partir da Frenologia e do darwinismo social (muitas vezes chamado de spencerismo, pois a transposição dos argumentos darwinistas para o campo do social não se deveu ao próprio Darwin, mas a Spencer), desenvolveu-se a eugenia, que enaltecia a pureza das raças, a existência de raças superiores e desacreditava a miscigenação. Tais teorias foram a base científica do racismo¹¹

A seleção natural de Darwin foi amplamente utilizada pelos poligenistas para explicar a inferioridade de algumas raças, e a degeneração causada pela miscigenação (Schwarcz, 2011). Os cientistas poligenistas afirmavam que “as espécies humanas tinham se separado havia tempo suficiente para configurarem heranças e aptidões diversas”¹² e atribuíram ao conceito de raça uma conotação bastante original, que sai da biologia para abranger questões de cunho político e cultural:

O darwinismo forneceu uma nova relação com a natureza e, aplicado a varias disciplinas sociais – antropologia, sociologia, história, teoria politica e econômica -, formou uma geração social-darwinista.¹³

A maioria das interpretações de “*A origem das espécies*” deste período tendem a se desviar do perfil originalmente elaborado por Charles Darwin, utilizando-se das propostas e conceitos básicos da obra para a análise do comportamento das sociedades humanas. Conceitos como ‘competição’, seleção do mais forte’, ‘evolução’ e ‘hereditariedade’ passavam a ser utilizados por diversos ramos do conhecimento, tais como a psicologia, a linguística, a pedagogia e a literatura naturalista, com a “introdução de personagens e enredos condicionados

¹⁰ BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. p. 25-58. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petropolis, RJ: Vozes, 2002. p 36.

¹¹ SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos** históricos. São Paulo : Contexto, 2009. 2.ed. p 346.

¹² SCHWARCZ, op. cit. p 55.

¹³ HOFSTADTER, 1975 apud SCHWARCZ, op. cit. p 55.

pelas máximas deterministas da época, para não falar da sociologia evolutiva de Spencer e da história determinista de Buckle.”¹⁴

Na área da política, o darwinismo tornou-se uma base de sustentação teórica para o imperialismo europeu (Arendt, 1975), que utilizou-se da noção de ‘seleção natural’ como justificativa para a dominação dos demais povos, alegando que a ‘raça caucasiana’ era mais forte e mais adaptada (Schwarcz, 2011). Arendt (1972) antagoniza ‘poligenismo’ e ‘darwinismo’, porém Schwarcz trata as duas escolas como continuação e adaptação uma da outra, de forma ao darwinismo social adaptar os conceitos básicos do poligenismo. Desta forma os darwinistas sociais passaram a defender as ideias poligenistas de inícios do século fazendo do uso do discurso da antiguidade da ‘seleção natural’ e na nova realidade que se apresentava: a mestiçagem racial, pois consideravam a mistura de raças um fenômeno recente. A mestiçagem representava uma diferença fundamental entre as raças e personificavam a ‘degeneração’ que podia surgir do cruzamento de ‘espécies’, sendo assim as raças humanas, enquanto espécies diversas, deveriam ver na hibridação algo a ser evitado:

Para poligenistas, seleção natural implicava pensar na degeneração social, assim como as leis da natureza chegavam para os homens de forma determinista e premonitória, sobretudo quando se tratava de pensar no impacto que a questão da raça teria sobre as diferentes experiências nacionais. Uma só teoria fundamentava, dessa forma, as diferentes interpretações das escolas, que disputavam a hegemonia na representação de sua época.¹⁵

O darwinismo social, apoiado nas teorias poligenistas, via de forma pessimista a miscigenação, pois acreditavam que não era possível a transmissão de caracteres adquiridos, nem mesmo por meio de um processo evolutivo, as raças seriam fenômenos finais, resultados imutáveis, e todo cruzamento era entendido como erro. “As decorrências lógicas desse tipo de postulado eram duas: enaltecer a existência de ‘tipos puros’ – e compreender a mestiçagem como sinônimo de degeneração não só racial como social.”¹⁶. Neste mesmo período se dá o surgimento da escola ‘determinista geográfica’, também com ligações no

¹⁴ SCHWARCZ, op. cit. p 56.

¹⁵ SCHWARCZ, op. cit. p 57.

¹⁶ SCHWARCZ, op. cit. p 58.

poligenismo, afirmando que o desenvolvimento cultural de cada país dependia da sua condição geográfica, pelo ambiente em que viviam.

Schwarcz (2011) destaca que das teorias raciais de cunho poligenista são três as preposições básicas que as apoiam: a primeira afirmava a realidade das raças humanas, estabelecendo diferenças tais como existem entre cavalo e asno, o que pressupõe uma condenação a mistura racial, a segunda fala da continuidade dos caracteres físicos e morais, determinando que a divisão do mundo entre raças correspondia a uma divisão entre culturas e a terceira aponta para a preponderância do grupo 'racio-cultural' no comportamento do sujeito, eliminando a ideia de arbítrio do indivíduo. Estas ideias abriram espaço para a submissão e até mesmo a possível eliminação das raças inferiores, uma espécie de doutrina do darwinismo social, a eugenia. Segundo Arendt no campo político, o darwinismo social oferecia dois conceitos importantes para a formação e sustentação da eugenia enquanto "ciência", que são "a luta pela existência, com a otimista afirmação da necessária e automática 'sobrevivência dos mais aptos' [e ainda,] as infinitas possibilidades que parecia haver na evolução do homem a partir da origem animal"¹⁷. Portanto:

[...] as proibições aos casamentos inter-raciais, as restrições que incidiam sobre 'alcoólatras', epiléticos e alienados', visavam, segundo essa ótica, a um maior equilíbrio genético, 'um aprimoramento das populações', ou a identificação precisa 'das características físicas que representavam grupos sociais indesejáveis'¹⁸

Schwarcz (2011) escreve que neste período torna-se evidente a diferença entre evolucionismo cultural e darwinismo social, quando estes colocavam por terra a hipótese evolucionista, que cria que a humanidade estava fadada a civilização, sendo que o termo "degeneração" tomava aos poucos o lugar de "evolução. Para os darwinistas sociais, o progresso ficava restrito às raças "puras", representada pela evolução do biótipo europeu, em especial o ariano "um caso extremo de apuro racial". O resultado de um casamento híbrido era sempre degenerado ou fraco, e carregava apenas os defeitos de seus ancestrais:

Segundo os evolucionistas sociais, os homens seriam 'desiguais' entre si, ou melhor, hierarquicamente desiguais, em seu desenvolvimento global. Já

¹⁷ ARENDT, Hannah; RAPOSO, Roberto. As **origens do totalitarismo**: Imperialismo, a expansão do poder. Rio de Janeiro: Documentário, 1992. p 85.

¹⁸ SCHWARCZ, op. cit. p 60.

para os darwinistas sociais, a humanidade estaria dividida em espécies para sempre marcadas pela 'diferença', e em raças cujo potencial seria ontologicamente diverso.¹⁹

Enfim, Schwarcz faz referências a diversas outras teorias raciais, ou ligadas às questões raciais surgem na Europa neste período. Mas nenhuma causará tanto impacto neste período como a doutrina poligenista. Os resultados de sua aplicação serão catastróficos. No Brasil, todas essas ideias serão adaptadas de forma a se encaixar no modelo aqui existente, visto as proporções da miscigenação no país.

2.2 AS TEORIAS RACIAIS NO BRASIL

O século XIX foi um marco na história do Brasil. Até a chegada da família real portuguesa em 1808, que fugindo da invasão francesa, transfere a corte para o Rio de Janeiro, o país era apenas uma colônia de Portugal sem expressão política decisiva na metrópole. A vinda de D. João VI mudará completamente o cenário na colônia, que transformada em capital, passará a receber investimentos que a equipam com toda uma estrutura que até então não existia. No âmbito educacional, as mudanças trarão novos ares e serão decisivas para a fundação das instituições do saber brasileiras, primeiramente ligadas aos interesses de Portugal, e mais tarde com a independência, a formação da nova nação, como no caso das escolas de direito que com o apoio de D. Pedro I tinham como meta a criação de um código de leis desvinculado da antiga metrópole e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838, primeiramente no Rio de Janeiro, e depois em São Paulo e Pernambuco:

Sediado no Rio de Janeiro, o IHGB surgia como um estabelecimento ligado à forte oligarquia local, associada financeiramente a um 'monarca ilustrado' e centralizador. Em suas mãos estava a responsabilidade de criar uma história para a nação, inventar uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos dos da antiga metrópole europeia.²⁰

¹⁹ SCHWARCZ, op. cit. p 62.

²⁰ SCHWARCZ, op. cit. p 24.

Segundo Guimarães (1988), o IHGB tinha a maior parte de seus recursos financiados pelo imperador, ou pelos demais sócios, que desde o início das atividades do IHGB o estado representava com seus donativos 75% do orçamento e os institutos eram dependentes da sociedade da corte, especializados na produção de um saber oficial, à sombra de quem a dirigia. Dos sócios do IHGB a grande maioria era formada por proprietários de terra, ou seja, a elite agrária, além de políticos, e até literatos ou pesquisadores de renome. A real função do instituto era mesmo a consagração da elite local. Nestas Instituições “a produção científica sofreu com todas as limitações de um tipo de estabelecimento que congregou lado a lado a elite intelectual e elite econômica e financeira.”²¹

Com relação ao discurso racial dentro dos Institutos Históricos e Geográficos, este foi introduzido apenas em fins do século XIX, época que essas teorias começam a penetrar o campo de interesse intelectual no país, em específico a partir dos anos de 1870. Por estarem estritamente ligados aos interesses das elites tradicionais, e mesmo após a chegada da República pouca coisa irá alterar dentro dessas instituições, os modelos raciais adotados irão sempre fazer pontes de ligação entre eles, conforme os interesses desta mesma elite. Mesmo com a entrada de novas teorias raciais, continuam presentes as ideias do monogenismo, “marcadamente católico e conservador” nas palavras de Guimarães. Os modelos evolucionista e monogenistas apareciam ao lado das ideias darwinistas sociais e poligenistas: “somos darwinistas na teoria, mas continuamos monogenistas no coração”²², conforme um ensaio da revista do IHGB de 1902. Desta forma:

Com as conclusões evolucionistas, justificava-se o predomínio branco e a hierarquia social rígida. Utilizando um darwinismo sócio-biológico, explicava-se o ‘natural branqueamento’ da população. Mas eram as teorias deterministas raciais que ajudavam a comprovar um certo atraso, ou condenavam a mistura racial no país.²³

Com relação a população negra, dentro dos Institutos, destacava-se uma visão evolucionista mas determinista de que os negros eram incivilizáveis e inferiores, um impedimento ao processo de civilização (Guimarães, 1988). Já para com os indígenas as opiniões podiam ser variadas, sob uma ótica romantizada do

²¹ SCHWARCZ, op. cit. p 100.

²² RIHGSP, 1902 apud SCHWARCZ, op. cit. p 131.

²³ SCHWARCZ, op. cit. p 137.

“bom selvagem”, que para muitos era passível de civilidade, seguindo o padrão civilizatório europeu demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização (Guimarães, 1988). Desta forma era possível obter no interior do IHGB tanto uma perspectiva positiva e evolucionista, como o discurso religioso católico, que soube misturar evolucionismo e darwinismo social, poligenismo e monogenismo, conclusões científicas e religiosas. Mas no fim era sempre o antigo modelo que predominava devido a influencia católica e apesar da admiração exercida pelos modelos deterministas sobre os estudiosos dos Institutos, eles eram mais usados como referencia do seguidos ao pé da letra. “Assim, apesar do manejo com os modelos poligenistas de analise, era sempre a aceitação do monogenismo e a ideia de evolução que acabavam predominando quando se tratava de pensar a situação local”²⁴ já que o país estava irremediavelmente miscigenado, e com o advento das teorias de branqueamento o futuro da nação não seria comprometido.

Um outro tipo de instituição do saber irá surgir em fins do século XIX, e por motivos muito próximos aos dos Institutos Históricos e Geográficos, são os chamados Museus Etnográficos que logo irão ocupar espaços tanto na capital como em locais distantes dela, como o estado do Pará. Todos situados em locais onde uma elite encontrava necessidade de formar postos destinados ao conhecimento científico seguindo modelos europeus (Ulpiano, 1994) e sua fundação e manutenção estão intimamente ligada ao Estado (Sá e Domingues, 1996). Estes institutos estavam vinculados aos parâmetros biológicos de investigação e utilizavam modelos evolucionistas e darwinistas sociais (Schwarcz, 2011) e quase sempre eram dirigidos por cientistas estrangeiros. Estes cientistas, utilizavam-se de formas específicas de classificação baseados no evolucionismo social que “pressupunha uma estrita analogia biológica, substituindo organismos vivos por grupos sociais.”²⁵, ou seja, buscavam na comparação com a evolução animal e vegetal uma maneira para legitimar os modelos raciais por eles adotados e desta forma “engrossando o coro das análises deterministas que então se realizavam”²⁶. Assim, os Museus Etnográficos tornaram-se centros para verificação e estudo das ‘etapas atrasadas da humanidade’, ou dos momentos perdidos da historia da humanidade.

²⁴ SCHWARCZ, op. cit. p 123.

²⁵ SCHWARCZ, op. cit. p 92.

²⁶ SCHWARCZ, op. cit. p 93.

Porém, devido ao alto nível de miscigenação da população brasileira, o problema era conviver com todas as contradições de teorias que se aceitas levavam ao descredito a inviabilidade do futuro do país, e este era um problema enfrentado por todas as instituições do saber da época. Mesmo assim, “partindo do modelo das ciências naturais, utilizavam o desenvolvimento das espécies animais e vegetais ora como metáforas, ora como modelos para explicar, seja os tipos puros, seja a presença da hibridação”²⁷ estas teorias serviam para exemplificar o atraso e a inferioridade da miscigenação e das raças formadoras, e serviam como incentivo para os debates da intelectualidade da época interessada nos rumos do país:

[...] é possível dizer que [os museus] cumpriram um papel relevante no incentivo de estudos e pesquisas em ciências naturais e antropologia física no país (...) buscaram, mesmo que de forma específica, discutir o homem brasileiro. Partindo da flora e da fauna para chegar ao homem, ao recolher, analisar, classificar, hierarquizar e expor²⁸

porém, utilizando-se de métodos que nas palavras de Schwarcz tinham como meta “hierarquizar e aproximar, para comparar e isolar”²⁹, esses intelectuais procuravam legitimar ou respaldar cientificamente suas posições nas instituições de saber de que participavam e por meio delas.

Outros dois tipos de instituições do saber terão destaque na discussão das questões raciais no Brasil no final do século XIX: são as faculdades de direito e de medicina que, situadas em capitais estratégicas do país, discutiram neste período, o tema a partir de suas convicções científicas, intelectuais e sociais, sempre em defesa dos interesses das elites locais. Segundo Carone (2002), estes intelectuais ficaram divididos entre condenar a mestiçagem ou adaptar o discurso racista à realidade social do país.

Das faculdades de Direito, a de São Paulo foi mais influenciada pelo modelo político liberal, enquanto a faculdade de Recife, mais atenta ao problema racial, teve nas escolas darwinista social e evolucionista seus grandes modelos de análise, sendo que “uma nova concepção de direito se constrói: uma noção ‘científica’, em que a disciplina surge aliada à biologia evolutiva, às ciências naturais e a antropologia física e determinista”³⁰ afastando-se das influências

²⁷ SCHWARCZ, op. cit. p 93.

²⁸ SCHWARCZ, op. cit. p 91.

²⁹ SCHWARCZ, op. cit. p 92.

³⁰ SCHWARCZ, op. cit. p 149.

religiosas e metafísicas e introduzindo uma visão laica no país sendo, em sua maior parte, formada por uma mistura de elite agrária e da emergente classe média urbana. A partir de 1870 surge dentro dessa faculdade uma nova geração que tinha por meta expurgar os antigos padrões, sempre em nome da civilização e teve como seu maior representante e expoente a figura do intelectual Silvio Romero que, apesar de não condenar a hibridação racial, seguindo os modelos evolucionistas sociais, e ver nela um futuro viável para o país, “não se deve incorrer no engano de procurar em Silvio Romero um defensor da igualdade entre os homens. Ao contrario, esse pensador foi um fiel seguidor do determinismo racial”³¹. Em uma de suas afirmações ele declara: “[...] não [...] constituiremos uma nação de mulatos; pois que a forma branca vai prevalecendo e prevalecerá”.³²

A partir deste momento o direito ganha um estatuto diferente passando combinar com antropologia, se torna como “sciencia” “nos moldes deterministas da época [e] se dá o direito de falar e determinar os destinos e os problemas na nação”³³. Na certeza de estarem construindo uma nova nação, os intelectuais da escola de direito do Recife irão propor um novo código penal baseado nos estudos de raça, num misto de várias ideias raciais e evolucionistas importadas da Europa, e que já foram estudadas na primeira parte deste capítulo, porém adaptadas à lógica local. A antropologia criminal passou a ser usada como método científico no combate a criminalidade, pois a figura do criminoso está estritamente ligada ao que consideram “anarquia de raças”, pois “nas características físicas de um povo é que se conheciam a reconheciam a criminalidade, a loucura, as potencialidades e os fracassos de um país”³⁴, e noções de nação mestiça, sub raça, elementos étnicos inferiores servem para definir o que consideram “delinquência social do povo brasileiro”. “Já que para Lombroso o criminoso representava o retorno a selvageria – tratava-se de trazer critérios científicos para a prática do direito”³⁵

Já a escola paulista, formadora da elite do Sudeste, não deu grande ênfase às questões raciais, e priorizou as questões políticas do país através de um liberalismo conservador, onde o direito, apesar de dialogar com outros campos, tem a missão de trazer o progresso e a civilização, e seus defensores seriam os “eleitos

³¹ SCHWARCZ, op. cit. p 154.

³² ROMERO apud NASCIMENTO op. cit, 1978. p 72.

³³ SCHWARCZ, op. cit. p 155.

³⁴ SCHWARCZ, op. cit. p 167.

³⁵ SCHWARCZ, op. cit. p 166.

para dirigir a nação”³⁶. A escola de direito transformava-se assim, em um dos grandes legitimadores do poder econômico regional, e de seus bancos saem os burocratas para dirigir o estado, principalmente a partir da República. Utilizando-se de um evolucionismo de fundo católico, é com certa prevenção que os modelos deterministas penetravam os círculos acadêmicos paulistas:

A desconfiança com relação a esses modelos representava neste local um apego a outras tradições teóricas, uma posta no liberalismo político e em uma interpretação que via com ceticismo explicações exclusivamente calçadas na raça.³⁷

Devido a inviabilidade local de teorias raciais como as que foram utilizadas nos centros acadêmicos de Recife, a escola de São Paulo tenderá a utilizar-se de modelos que adaptam-se aos interesses específicos da elite detentora do poder, que lhe confere uma imagem não só conservadora, mas também elitista e antipopular. A não adaptação das teorias raciais mais radicais não implicará, porém, que esta escola estará livre da desigualdade racial, sendo que “não ouve por parte dos liberais, nenhuma preocupação concreta definida por medidas relativas aos escravos libertos, com o destino da população negra”³⁸ e que mais tarde usará de todos os seus meios para tentar impedir a entrada das raças amarelas e negras durante o período da imigração, defendendo um discurso racista sobre a inferioridade do negro e que, assim como outras instituições do saber, exaltaram a entrada de imigrantes brancos europeus, conforme destaca Azevedo (1987) e Nascimento (1978).

Com relação as faculdades de medicina, duas serão destaque no país, a da Bahia, com destaque para as questões raciais, e a do Rio de Janeiro, onde as ideias raciais também foram adotadas, mas deu-se preferencia para temos como saneamento e higienização como modo de sanar as doenças e males do país. Estes duas escolas obterão destaque também a partir dos anos de 1870, momento de introdução de certas teorias já vista anteriormente. A Faculdade de Medicina da Bahia, ficou conhecida como Escola de Nina Rodrigues, já que teve neste seu maior

³⁶ SCHWARCZ, op. cit. p 178.

³⁷ SCHWARCZ, op. cit. p 180.

³⁸ CARONE, Iray. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. p. 13-24. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petropolis, RJ: Vozes, 2002.p 16.

expoente, introduziu no país os estudos sobre medicina legal procura explicar a criminalidade e determinar a loucura através da prática médica:

Os médicos da faculdade do Rio de Janeiro buscavam... [a] descoberta de doenças tropicais como a febre amarela e o mal de Chagas, que deveriam ser prontamente sanadas pelos programas 'hygienicos'. Já os médicos baianos farão o mesmo ao entender o cruzamento racial como o nosso grande mal, mas ao mesmo tempo, nossa suprema diferença. Ou seja, enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater doenças, para os profissionais baianos... era a população doente que estava em questão. A partir da miscigenação se previa a loucura, se entendia a criminalidade.³⁹

Se na Bahia é o cruzamento racial que explica a criminalidade, a loucura, a degeneração, para os médicos cariocas o simples convívio das diferentes raças que imigraram para o país é que seria o maior responsável pelas doenças e o obstáculo para a perfeição biológica.

Adaptando modelos social-darwinistas, esses cientistas farão uma leitura original da realidade nacional ao definir o cruzamento como o nosso maior problema, condenado a miscigenação das raças e o que consideravam sua consequente degeneração, os negros, mas principalmente os mestiços, passarão a ser considerados um impedimento a civilização branca, o fator que produz a inferioridade do povo brasileiro. O receio maior não era dirigido ao que se considerava "raças de puro-sangue", como a negra e indígena, pois, apesar de consideradas inferiores aos grupos brancos, tinham seu potencial avaliado segundo modelos evolucionistas e deterministas de análise. O problema estava no processo de cruzamento que era irremediável no país:

Questão do passado, do presente e do futuro, a mestiçagem preocupava os intelectuais baianos devido a novidade que ela significava: 'a insegurança de seus diagnósticos... as dificuldades na avaliação científica dessas populações'.⁴⁰

As epidemias não eram apenas epidemias, estavam ligadas à degeneração racial causada pela mestiçagem, e crimes não eram apenas crimes, estavam sujeitos a predisposição racial dos indivíduos. "Seguindo de perto os ensinamentos de Lombroso, os peritos baianos passarão a procurar os estigmas

³⁹ SCHWARCZ, op. cit. p 190.

⁴⁰ GMB, 1901 apud SCHWARCZ, op. cit. p 209.

típicos dos criminosos e atentar mais para o sujeito do que para o crime”⁴¹. Com o fortalecimento da medicina legal que permitirá uma utilização mais direta de varias teorias darwinistas sociais, será possível não apenas identificar raças, mas também refletir sobre o atraso e ponderar sobre a fragilidade dos cruzamentos e então surgira o papel social e politica desses médicos, que reivindicarão para si o tratamento do criminoso, já que o crime passa a ser associado a doença mental e “os exemplos de embriaguez, alienação, epilepsia, violência ou amoralidade passavam a comprovar a degeneração como efeitos da miscigenação”⁴².

O fato é que todas estas instituições ligadas a produção do conhecimento no país, influenciaram, seja direta ou indiretamente, na elaboração de planos para o branqueamento da nação. O Brasil, na visão de sua elite idealizadora, teria no branqueamento, a solução para a degeneração social e todos os demais males advindos da miscigenação. A inserção de povos brancos, preferencialmente vindos da Europa Ocidental, iriam transformar em alguns anos o Brasil em um país branco, através da miscigenação da raça branca superior com os brasileiros, e assim salvar o país da degeneração total:

Tais questões alimentavam um parcela significativa do pensamento social brasileiro no acaso do Imperio e no inicio da Republica e ocupavam, neste período, na agenda dos cientistas então abrigados nos museus de historia natural e nas academias de medicina.⁴³

A questão racial estava presente nos projetos imigrantistas desde 1818, antes mesmo de a palavra “raça” entrar para o vocabulário científico brasileiro e fazer parte das preocupações com a formação nacional (Seyferth, 2002). Azevedo (1987) também faz tal observação afirmando que, muito antes da entrada das teorias de cunho racial, que se da a partir de 1870, o branqueamento através da introdução de migrantes brancos europeus era visto como uma saída viável para o problema da negritude no país. Estas teorias, introduzidas a partir desta data, passarão a ser o centro de das atenções das elites politicas e intelectuais do país, em vista do problema que o povo negro, e mestiçado, representava. Para esta

⁴¹ SCHWARCZ, op. cit. p 210.

⁴² SCHWARCZ, op. cit. p 211

⁴³ MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor. Santos, Ricardo Ventura. **RAÇA, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: CCBB: FIOCRUZ, 1996. p 17.

autora, que fez uma pesquisa detalhada sobre o medo em relação população negra e mestiça no imaginário das elites no século XIX:

ao assumirem a ideia da inferioridade racial de grande parte da população brasileira, esses autores inclinaram-se a tratar a transição para o trabalho livre quase que exclusivamente do ângulo do imigrante, já que consideravam negros e mestiços incapazes de interiorizar sentimentos civilizados sem que antes as virtudes étnicas dos trabalhadores brancos os impregnassem, quer por seu exemplo moralizador, quer pelos cruzamentos inter-raciais,⁴⁴

desta forma, os negros, culpados pelo atraso da civilização e do progresso no Brasil, seja pela sua simples presença inferior, ou por ser um mal trabalhador, visto que era considerado “boçal” e “vadio”, faria um salto rumo a civilização, caso a miscigenação fosse bem sucedida e o padrão racial branco se estabelecesse, seja em questões culturais, seja pelo fenótipo étnico, quando o tipo negroide fosse substituído pelo caucasiano. O “objetivo é o desaparecimento inapelável do descendente africano, tanto fisicamente quanto espiritualmente, através do malicioso processo de embranquecer a pele negra e a cultura do negro”.⁴⁵

Foi através das teorias de branqueamento que os cientistas brasileiros encontraram maneiras de contornar a visão negativa mantida pelas teorias raciais importadas da Europa para a mistura de raças, classificadas como inferiores e como atrasadas, eles as adaptaram e inventaram a tese do branqueamento e dos mestiços “superiores”, surgidos da mistura gradativa com raças brancas que levaria a população a clarear a pele, e também a cultura (Seyferth, 1996). Sobre estas questões escreve Nascimento:

Monstruosa máquina ironicamente designada ‘democracia racial’ só concede aos negros um único ‘privilegio’: aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. [...] mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes.⁴⁶

Nele [o mulato] se concentram as esperanças de conjurar a ‘ameaça racial’ representada pelos africanos. E estabelecendo o tipo mulato como o primeiro degrau na escada da branquificação sistemática do povo brasileiro, ele é o marco que assinala o início da liquidação da raça negra no Brasil.⁴⁷

⁴⁴ AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco**: o negro no imaginário das elites - século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1987. p 62.

⁴⁵ NASCIMENTO, 1978 op.cit. p 42.

⁴⁶ NASCIMENTO, 1978 op.cit. p 93.

⁴⁷ NASCIMENTO, 1978 op.cit. p 69.

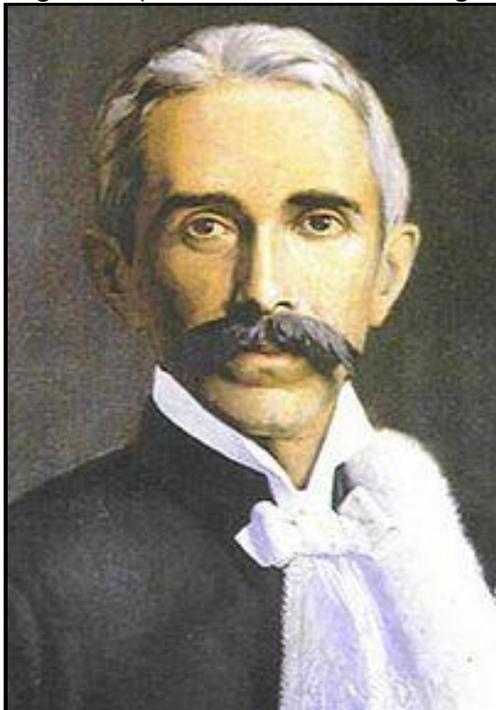
Após a abolição da escravatura, a população negra foi substituída pelo imigrante, como fonte de trabalho, e ficou a margem da sociedade. Segundo Nascimento, não há qualquer preocupação com o destino da população escrava, nem mesmo com os demais trabalhadores nacionais, sendo que negros e mestiços eram considerados incapazes para o trabalho livre, pois acreditava-se que não tinham iniciativa própria que fracassariam como pequenos proprietários (Nascimento, 1978). Sendo assim a ênfase recai sobre os imigrantes e a população nacional, negra ou mestiçada permanecerá a margem da sociedade, esperando-se que a branquificação gradativa salve-a da degeneração racial. Nos escritos de Nina Rodrigues, médico e principal expositor de ideias da escola de Medicina da Bahia, encontraremos claramente, muitos destes elementos teóricos relacionados a questões raciais e a degeneração defendida neste período. No próximo capítulo nos ocuparemos de melhor compreendê-lo, buscando em sua obra “Os africanos no Brasil”, elementos que corroboram com as teorias raciais de seu tempo.

3 NINA RODRIGUES: VIDA, OBRA E TEORIAS

3.1 UM POUCO DA HISTORIA DO AUTOR

Raimundo Nina Rodrigues nasceu em 4 de dezembro de 1862 em Vila da Manga, atualmente no Município de Vargem Grande no Maranhão e faleceu em 17 de julho de 1906, em Paris. “Era filho do coronel Francisco Solano Rodrigues, plantador e criador de gado na região, e tinha por propriedade o Engenho São Roque, que teria passado às mãos de seus escravos devido ao desinteresse de seus sete filhos por ele, segundo Correa (2005-2006), e de Luiza Rosa Nina Rodrigues, descendente de uma família sefardim que veio ao Brasil fugindo da perseguição de judeus na Península Ibérica. Alguns autores dão indícios de que sua mãe de origem judia possuía também sangue africano, fruto de miscigenação brasileira, mas segundo Ferreti (1999), que obteve informações de Lamartine de Andrade Lima, e que este as obteve dos próprios familiares de Nina Rodrigues, afirma ser esta informação errada.

Figura 1 (Raimundo Nina Rodrigues)



Fonte:http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1c/Nina_02.jpg/200px-Nina_02.jpg

Segundo Ferreti (1999), Rodrigues aprendeu a ler na propriedade rural da família com a escrava Madrinha Mulata, e fez os primeiros estudos em Vargem Grande. Assim como os filhos integrantes da elite rural seus estudos básicos foram completados na capital, ou seja, em São Luís, onde estudou no Colégio São Paulo e no Seminário das Mercês. Pelas suas próprias, e pelas referências de seus colegas, parece ter tido uma saúde frágil. Nas lembranças familiares era descrito como franzino, “muito feio” e “irritadiço.”⁴⁸

Em 1882 iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Medicina da Bahia em Salvador. Em 1885 transferiu-se para a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e em 1886 retornou para a Faculdade de Medicina da Bahia quando escreveu seu primeiro artigo, sobre a lepra no Maranhão (Correa, 2005-2006). Defendeu a sua tese no Rio de Janeiro em 1887, retornando a São Luís em 1888, onde clinicou por todo esse ano já contribuindo na Gazeta Médica da Bahia (Souza, 2013). Serafim afirma que, ao que tudo indica, o exercício da medicina foi a profissão de muitos de seus familiares. Em 1889, prestou concurso para a Faculdade de Medicina da Bahia, tornando-se adjunto da Cadeira de Clínica Médica. (Serafim, 2011) que, segundo Correa (2005-2006) o titular era o conselheiro José Luiz de Almeida Couto, “republicano histórico, abolicionista e político de projeção nacional”⁴⁹ e se tornaria sogro de Nina Rodrigues e de Alfredo Thomé de Britto, também médico e mais tarde diretor da Faculdade, pois casaram-se com filhas do conselheiro. A carreira de Nina Rodrigues esteve desde então intimamente ligada com suas influências familiares. Nina Rodrigues casou-se com Maria Amélia Couto Nina Rodrigues, conhecida como D. Maricas e o casal teve apenas uma filha, Alice, que morreu logo depois do pai.

Segundo Serafim (2011), Nina Rodrigues foi professor na Faculdade de Medicina da Bahia, em uma época em que os médicos eram considerados instrumentos da nação, e a prática da medicina uma espécie de sacerdócio da saúde. Ainda no século XIX, elevava-se a figura do médico, que “deixava de depender da remuneração individual e passava a viver seu trabalho como cientista,

⁴⁸ Termos utilizados pelo autor.

⁴⁹ CORREA, Mariza. Rodrigues e a “garantia da ordem social”. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005- p.133)

pesquisador, que financiado pela nação e formado pelas universidades, intervém na realidade e a transforma”.⁵⁰

É importante também reconhecermos a humanidade de Nina Rodrigues. Além de médico, brasileiro (num momento em que se buscava dar respostas enaltecidas ao futuro da nação devido ao advento da República e o fim da escravidão), marido (casado em Igreja católica), pai (que introduziu a filha ao catolicismo), genro (acusado de usar o casamento enquanto barganha política para ascender em sua carreira), ou seja, um homo sapiens com a subjetividade que lhe é característica. Estes elementos nos servem para evidenciar que a construção de categorias por Nina Rodrigues, não pode ser entendida à revelia das subjetividades de seu autor. Para além do cientista neutro que Nina Rodrigues se imaginava, “um homem exclusivamente racional é uma abstração; jamais o encontramos na realidade. Todo ser humano é constituído, ao mesmo tempo, por uma atividade consciente e por experiências irracionais.”⁵¹

Os escritos sobre Nina Rodrigues, tornam possível discutir sua figura, descrito como médico baiano, embora maranhense, Nina Rodrigues apesar da ascendência judia por parte de mãe, foi batizado na Igreja católica e batizou sua única filha, possivelmente fez primeira comunhão, crismou, e casou na Igreja Católica também (Serafim, 2011).

Segundo Ferreti (1999) Nina Rodrigues iniciou, já em 1887, a publicar artigos tendo deixado cerca de 60 trabalhos redigidos durante 19 anos. Alguns foram reunidos em livros que publicou em vida sobre o estudo das raças humanas, religião afro-brasileira, contribuições ao código civil, Medicina Legal e ensino da medicina. Segundo Souza (2013), Nina era sócio efetivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e sócio correspondente de outros institutos estaduais que auxiliavam na produção da história nacional projetada pelo IGHB. Mesmo com poucas publicações nas revistas dos institutos históricos, o perfil de seus textos voltados para elas é muito distinto dos demais textos voltados para o público médico ou criminologistas, assim “em 1904 Nina Rodrigues já era conhecido nacional e internacionalmente tendo textos sobre medicina legal, etnologia e psicologia publicados na França e em várias revistas e jornais do Brasil, principalmente: Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Alagoas, São Paulo e Maranhão”⁵² o que nos leva a verificar o quanto estava o autor intimamente ligado ao cenário intelectual do país

⁵⁰ SERAFIM, Vanda Fortuna. O Pensamento Complexo em Nina Rodrigues: Uma Discussão de Teoria e Metodologia. **V Congresso Internacional de Historia**. (PPGH/UFSC). Set. 2011. p 27)

⁵¹ SERAFIM, 2011. Op. citi. p.55

⁵² SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de. A Troya negra de Nina Rodrigues: o quilombo dos Palmares, um espaço do racismo científico. **Revista científica das escolas de comunicação e artes e artes e educação**. Universidade Potiguar. Ano II, nº 2, Nov. 2013, p. 101

naquela época. O autor era também muito conhecido no cenário internacional, e segundo Ferretti (1999) “tinha muito prestígio por ser cientista de reputação internacional e era muito citado por confirmar ideias racistas aceitas por todos. Acreditava na inferioridade da raça negra do ponto de vista intelectual, físico, moral e religioso”.⁵³

Seus primeiros trabalhos sobre questões raciais, segundo Correa (2005-2006) foram na Gazeta Médica da Bahia quando num dos artigos, tentava uma classificação racial da população maranhense, usando as expressões “etnologia” e “economia étnica”. Ainda segundo Correa, “em sua segunda incursão na classificação racial da população, dessa vez em nível nacional, num artigo publicado na Gazeta e no Brazil Médico, do Rio, em 1890, aparece pela primeira vez a rubrica antropologia – “anthropologia patológica”.⁵⁴ Segundo Ribeiro, ao utilizar a metodologia científica de sua época, ele foi um dos pioneiros da Antropologia brasileira, pelos seus estudos sobre a:

[...] religião, a genealogia, a língua e a mitologia dos negros afro-brasileiros. Estes trabalhos, sobretudo, e sua atividade como professor e pesquisador, trouxeram-lhe notoriedade nacional e internacional. Corresponhia-se com especialistas estrangeiros e foi aceito membro de várias associações científicas internacionais. Publicou em periódicos científicos europeus e norte-americanos, como *The Journal of American Folklore*, *Annales Medico-psychologiques*, *The American Antiquarian*, recebendo resenhas favoráveis.⁵⁵

Segundo Correa (2005-2006), em 1891, Nina Rodrigues foi transferido para a cadeira de Medicina Pública foi transferido pela reforma do ensino médico como professor na disciplina de Medicina Legal, empenha-se desde então, e até o fim da vida, em pôr em prática as propostas para implantação do ensino prático desta disciplina e a nomeação dos professores de Medicina Legal como peritos da polícia. Segundo Ribeiro o autor trabalhou na interseção de dois saberes, o médico e o jurídico, dessa forma “Nina Rodrigues constituiu e institucionalizou - através de procedimentos especificamente médico-legais, aceitos como cientificamente confiáveis por médicos, advogados e policiais - uma nova especialidade médica

⁵³ FERRETTI, Sérgio Figueiredo Ferretti. Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras. *Cad. Pesq.*, São Luís, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan/iun. 1999, p. 20.

⁵⁴ CORREA, 2005-2006, op. cit. p. 133

⁵⁵ RIBEIRO, Marcos A. P. **A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões.** [19- -]. p. 54

brasileira, a Medicina Legal⁵⁶ o que fez surgir em torno da figura de Nina Rodrigues, uma legião de admiradores intelectuais, em sua maioria médicos e juristas, muitos deles autoproclamados discípulos de uma "escola Nina Rodrigues". Schwarcz (2011), afirma que será a partir da atuação de Nina Rodriguez, que foi professor e defensor radical da medicina legal, que se consolida um processo de afirmação profissional desta disciplina, que visava na aplicação de questões raciais em processos jurídicos relacionados aos crimes da população mestiça.

Segundo Correa (2005-2006), em 1906, Nina Rodrigues foi indicado pela Congregação da Faculdade como delegado ao IV Congresso Internacional de Assistência Pública e Privada em Milão, a realizar-se em maio, Nina Rodrigues embarcou com a família para sua primeira viagem à Europa. Em Lisboa, participou de eventos acadêmicos e realizou exames sobre a doença que já apresentava então. Os médicos lisboetas acreditavam que Rodrigues estivesse com câncer no fígado. Segundo Ribeiro ([19--]), Nina Rodrigues estava a algum tempo já doente, desde que havia feito uma viagem ao interior da Bahia. De Lisboa partiu para Paris, onde mesmo doente participou de eventos acadêmicos, encontrou admiradores e colegas de profissão. Além disso, Nina Rodrigues fez visitas tradicionais fornecedores da Faculdade de Medicina da Bahia, para escolha dos instrumentos que equipariam o instituto médico-legal em construção na Bahia. (Ribeiro, [19--])

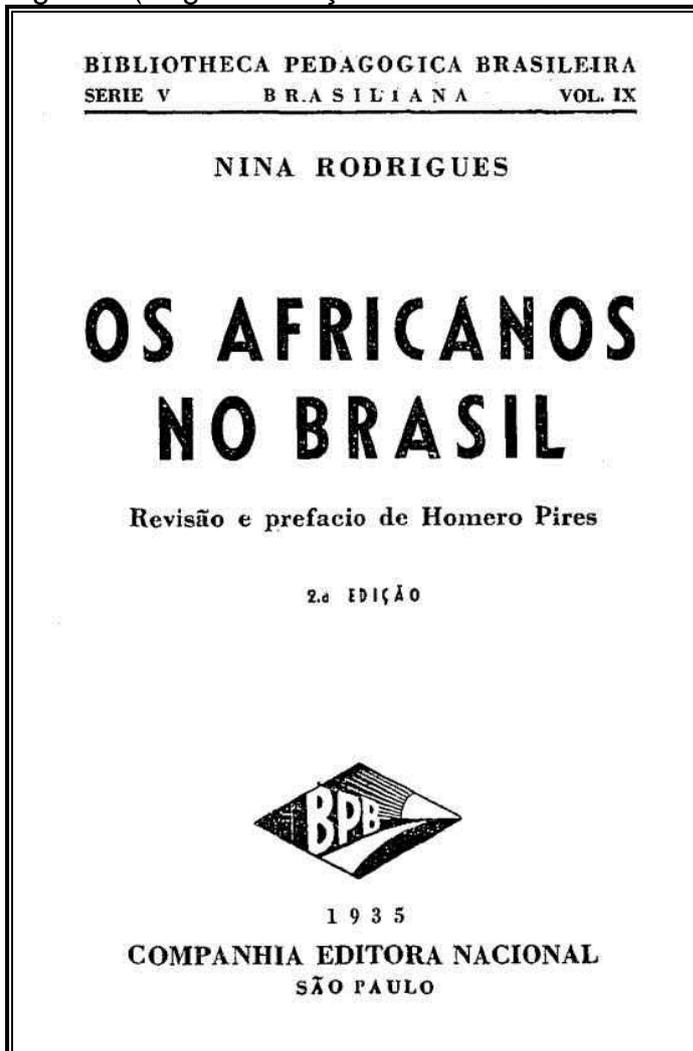
Nina Rodrigues morreu em Paris, a 17 de julho e, foi embalsamado por um dos médicos a quem admirava, o professor Brouardel, e enterrado na Bahia a 11 de agosto. (Correa, 2005-2006). Sua esposa, que retornou a Bahia, e depois transferiu-se para o Rio de Janeiro, foi quem, junto com colegas de trabalho do autor, dedicou-se a cuidar de seus escritos. Os discípulos de Nina Rodrigues, ligados à medicina legal e a Faculdade de Medicina da Bahia, acabaram por criar o que chamaram de "Escola de Nina Rodrigues", baseada em seus ensinamentos e escritos.

⁵⁶ RIBEIRO, [19--], op. cit. p. 55

3.2 APRESENTANDO A OBRA

Seguindo de perto os clamores de seu amigo e colega de ciência Silvio Romero que já em 1888 queixava-se sobre deixar-se morrer os velhos africanos sem que ninguém os estudasse, afirmando ele que “nós que temos [...] a África em nossas cozinhas, como a América em nossas selvas, e a Europa em nossos salões” e que “o negro não é só uma maquina econômica; ele é antes de tudo, e malgrado sua ignorância, um objeto de ciência,”⁵⁷ Nina Rodrigues, procurou trazer a tona o retrato do negro brasileiro em sua obra intitulada “Os Africanos no Brasil”.

Figura 2 (Segunda edição da obra “Os africanos no Brasil” de 1935)



Fonte: <http://www.brasiliana.com.br/obras/os-africanos-no-brasil>

⁵⁷ ROMERO, 1888. p 10 e 11 apud RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. p. XV

Nina Rodrigues fez então uma vasta pesquisa, que durou pelo menos quinze anos (1890-1906) até a sua morte em 1906, o que deixou a obra ainda incompleta⁵⁸. Segundo Homero Pires, após a morte de Rodrigues, sua obra que ainda não havia sido publicada, mas estava já em fase adiantada de impressão, foi confiada a Oscar Freire, que também não conseguiu publicá-la, pois morreu também logo em seguida. Os documentos ficaram em posse da viúva de Rodrigues durante os próximos vinte anos pois “ninguém queria lhe por as mãos, com receio dos nefastos sortilégios”⁵⁹ relacionados à morte daqueles que intencionaram publicá-la. Foi através de todas essas andanças que o livro veio a ser publicado apenas em 1933, após Homero Pires ter decidido juntar as partes espalhadas entre o Rio e a Bahia, esquecidas e empoeiradas.

Para a ciência do século XIX e início do XX, o negro no Brasil é visto como um problema. Nina Rodrigues não irá tratar o tema de modo diferente, como ele mesmo declara na primeira página de sua obra. Para ele, ao escrever o livro *Os Africanos no Brasil*, dispendo-se a verificar de perto quais as contribuições feitas pelos africanos trazidos lançados no Brasil pelo tráfico de escravos, o negro é visto sempre como um problema, e o mestiço brasileiro como o resultado deste problema, ou um problema maior ainda. Segundo Moura, Rodrigues estava “embebido e deslumbrado pela ciência oficial européia” de seu tempo e segundo essas teorias, “via o negro como biologicamente inferior, transferindo para ele as causas do nosso atraso social”⁶⁰.

A obra de Nina Rodrigues intitulada “Os africanos no Brasil” possui uma abrangência muito grande aos temas relacionados aos africanos no Brasil e suas influências e contribuições em solo brasileiro. Publicada postumamente, em 1933, a obra se divide em nove capítulos e cada capítulo é direcionado a um tema diferente sobre os negros. Segundo Souza (2013) Nina Rodrigues foi o primeiro intelectual brasileiro que realizou pesquisas científicas sobre os africanos e seus descendentes, pioneirismo reivindicado por ele no seu livro .

Mamagonian também afirma que “os estudos pioneiros sobre a experiência africana no Brasil pertencem ao campo da antropologia e têm no livro

⁵⁸ Conforme prefácio de Homero Pires à obra de Nina Rodrigues em 1933.

⁵⁹ PIRES, 1933. apud RODRIGUES, 1988 op. cit. p XIII

⁶⁰ MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 1988. p 18.

Os Africanos no Brasil, do médico Nina Rodrigues, um de seus marcos iniciais⁶¹. Para esta autora o livro tinha objetivos claros: identificar os traços físicos e culturais africanos que haviam se infiltrado na “raça” brasileira durante os séculos anteriores, resultante da maciça importação de africanos pelo tráfico atlântico e de intensa miscigenação. Para esta autora:

A reflexão do médico era inspirada pela ideologia racista que atribuía à miscigenação os males e entraves ao desenvolvimento do país, porque a “civilização” estava associada a uma população de cor branca e hábitos europeus. O estudo científico dos costumes indesejáveis permitiria avaliar quanto tempo sua influência marcaria negativamente a cultura brasileira. O trabalhoso inventário de informações e informantes acerca dos africanos compilado por Nina Rodrigues provou ser muito mais valioso do que suas interpretações e prognósticos e serviu de inspiração para uma geração subsequente de investigadores.⁶²

Ainda segundo esta autora Nina Rodrigues traçou amplo quadro da presença africana no Brasil ao discutir suas regiões de procedência conforme a distribuição do tráfico de escravos, ao inventariar as línguas e grupos étnicos africanos existentes no Brasil e ao reconhecer a complexidade de suas manifestações artísticas e religiosas. O médico também abordou a presença de muçulmanos entre os escravos baianos e seu engajamento na resistência à escravidão nas célebres revoltas que culminaram em 1835 com o levante dos malês em Salvador. Mamagoriam afirma ainda que “as investigações de Nina Rodrigues abriram caminho para outros autores explorarem as manifestações culturais de origem africana no Brasil”.⁶³

Os nove capítulos da obra “Os africanos no Brasil, se dividem da seguinte forma: no primeiro, “Procedências africanas dos negros brasileiros”, o autor busca identificar o lugar de origem dos africanos que vieram Brasil, quais os grupos étnicos e línguas, além de destacar as dificuldades de tal pesquisa. No segundo, “Os negros maometanos no Brasil”, o autor trata das revoltas escravas sob a liderança dos escravos islamizados, quais as origens desses grupos e a forma como eles se comportam dentro da sociedade brasileira. O terceiro capítulo é dedicado “As sublevações de negros no Brasil anteriores ao século XIX – Palmares”. Esse texto já havia sido publicado separadamente, antes da morte do autor, e tem como objetivo

⁶¹ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Revista Topoi**. 2005. V. 5. 9 ed, 2005 p 35

⁶² MAMIGONIAN, 2005 op. cit. p.35.

⁶³ MAMIGONIAN, 2005 op. cit. p.35.

esclarecer a história do quilombo de Palmares. Para Souza (2013), o objetivo de Rodrigues, ao discutir esse capítulo e o anterior, está embasado no medo que as elites brasileiras tem da população negra e miscigenada.

Já no quarto capítulo, “Os últimos africanos: nações pretas que se extinguem”, fazendo jus à citação de Silvio Romero usada por ele no prefácio da obra o autor dedica as pesquisas que efetuou entre os negros baianos que ele conheceu. Segundo Correa (2005-2006), este interesse pelos negros baianos legou ao autor a alcunha de “negreiro” por parte de muitos de colegas de academia. No capítulo cinco, “Sobrevivências africanas – As línguas e as belas artes no colonos pretos”, o autor continua sua pesquisa com os negros brasileiros ainda remanescentes, e trata das línguas africanas utilizadas na Bahia, em especial da língua nagô/ierubá, além de tratar das artes, tais como música, escultura, etc. No sexto capítulo, “Sobrevivências totêmicas: festas populares e folclore” irá discutir, ainda tratando de manifestações artísticas afro-brasileiras, mas sob um viés social, e também religioso dos africanos.

No sétimo capítulo, “Sobrevivências religiosas: religião, mitologia e culto”, o autor procura discutir a religião afro-brasileira, suas permanências e adaptações no Brasil sob a forma de sincretismo religioso, tanto com o catolicismo, quanto com outras religiões africanas. Para Serafim (2011) que discute amplamente o interesse de Nina Rodrigues pelas religiões africanas, este analisa a religiosidade africana através de um olhar que vai muito além do medico-científico, abrange o social e a própria moral cristã. Já no oitavo capítulo é dedicado ao “Valor social das raças e povos negros que colonizaram o Brasil, e dos seus descendentes” e o próprio título já deixa claro as intenções do autor: com seu discurso racial, onde a inferioridade da raça negra, e o problema do cruzamento de raças e da mestiçagem no país, que por si só explicariam a criminalidade, a loucura, e a degeneração (Schwarcz, 2011). O nono capítulo da obra estava incompleto quando da morte do autor e foi publicado da maneira que estava. Em “A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros no Brasil”, Nina Rodrigues trata da criminalidade entre negros e mestiços que, segundo ele, em concordância com a ciência da época, estava ligada a degeneração racial causada pela inferioridade racial e pela miscigenação.

Souza (2013) afirma que a obra é marcada pela criminologia, a medicina, antropologia e a psicologia. Serafim (2011) afirma sua obra mostra um modo de pensar social específico, métodos científicos baseados na ciência contemporânea

sua, “Nina Rodrigues que se autodetermina ‘neutro’ e detentor de uma perspectiva ‘médico – científica’, denota seu viés positivista.”⁶⁴. Souza (2013) afirma que foi Nina Rodrigues o autor que transformou a Historiografia sobre esse tema, no início do século passado. A maioria dos autores que produziram posteriormente teve que dialogar com sua obra. E Correa (2005-2006) explica a importância da obra de Rodrigues dentro da discussão do negro brasileiro, pelo seu pioneirismo.

Porém, é claro e evidente, durante a leitura da obra, que apesar de tratar das contribuições africanas, o que o autor procura enfatizar de fato é a inferioridade intelectual e cultural do africano, devido a sua condição racial, e consequentemente inferior a do branco. Para Rodrigues o negro está em fase de evolução racial, e pode ser comparado ao branco de milênios atrás, quando a Europa vivia em plena “barbárie”, assim como ele via a África contemporânea sua. Em cada um dos capítulos de sua obra, tratando de temas variados relacionados aos negros, seja no Brasil ou na África, falando de suas permanências, adaptações ou contribuições dentro da sociedade brasileira, e mesmo que o autor procure exaltar estas questões, a intenção é sempre deixar claro que apesar de tudo, o negro é inferior ao branco. Abdias Nascimento, escrevendo sobre as pesquisas de Nina Rodrigues afirmou que “os trabalhos que deixou tipificam a visão prevalente naquela época a respeito da África e da raça negra”⁶⁵ ou seja, a inferioridade racial do negro.

Foi por este motivo que me dispus a fazer uma leitura detalhada em Nina Rodrigues. Através desta leitura é possível identificar momentos em que o autor deixa claro e evidente, em sua obra, a inferioridade racial do negro por ele defendida. Em cada um dos nove capítulos em que o autor se dispõe a revelar os resultados de suas pesquisas, que vão desde fatos históricos envolvendo os negros, assim com Palmares e a Revolta dos Malês, ou as origens africanas dos negros brasileiros, suas línguas, hábitos e costumes, ou a religião e a influencia de todos estes fatores na sociedade brasileira, a inferioridade racial é sempre um fator a ser discutido em cada um. Nas paginas que se seguem, procurei trazer à tona evidencias deste discurso racial científico utilizado pelo autor.

⁶⁴ SERAFIM, 2011 op. cit. p.41

⁶⁵ NASCIMENTO, 1993. op.cit. p 67.

3.3 EVIDÊNCIAS RACIAIS NA OBRA DE NINA RODRIGUES

Como vimos anteriormente, as contribuições de Nina Rodrigues para a historiografia dos negros no Brasil foi de grande valor, sendo assim, a maioria dos estudiosos o considera como o primeiro a escrever sobre esta questão, ou ao menos dar maior ênfase e destaque, tanto no cenário nacional quanto no internacional, para a situação do negro brasileiro. Baseado em teorias científicas (como as já estudadas no primeiro capítulo) que misturavam positivismo, evolucionismo, darwinismo-social, etc, Nina Rodrigues, acreditando na inferioridade racial dos negros e dos mestiços, escreveu suas próprias teorias sobre os africanos no Brasil e seus descendentes. Assim, segundo Ferretti:

No século XIX, o Positivismo e o Evolucionismo eram posições teóricas dominantes. A ideia da existência de raças superiores e inferiores era um dogma indiscutível. Nina Rodrigues aceitava as posições teóricas de seu tempo e morreu muito jovem para contestá-las. Pelos seus inúmeros escritos, é considerado um dos teóricos do racismo contra o negro em nossa sociedade. Tinha muito prestígio por ser cientista de reputação internacional e era muito citado por confirmar idéias racistas aceitas por todos. Acreditava na inferioridade da raça negra do ponto de vista intelectual, físico, moral e religioso, embora tivesse muita simpatia e reconhecesse inúmeras qualidades nos negros, que conhecia bem.⁶⁶

Devido a vastidão de ideias encontradas na obra “Os Africanos no Brasil”, que em seus nove capítulos discute variados temas referente aos negros e seus descendentes, é possível escrever muito sobre cada um desses temas, como já o fizeram Souza (2013) que discute o porque Rodrigues ressuscita a questão de Palmares em sua obra, ou ainda Serafim (2011), que escreveu diversos textos sobre a religião africana nos escritos de Nina Rodrigues. O fato é que, cada capítulo da obra daria, sozinho, material suficiente para um longos estudos sobre as questões africanas em Nina Rodrigues e o Brasil do século XIX. Como a minha intenção era a de verificar nesta mesma obra, elementos que comprovassem o conteúdo racista, ou racialista, do autor, eu optei por destacar alguns elementos do texto onde o autor afirma sobre a inferioridade racial do negro, e dos mestiços, pela obra como um todo.

⁶⁶ FERRETTI, 1999. op. cit. p 20

Já no primeiro capítulo, o autor afirma sobre a mestiçagem entre negros e brancos no Brasil **“gravita o desenvolvimento da nossa capacidade cultural e no sangue negro havemos de buscar, como em fonte matriz, com algumas das nossas virtudes, muitos dos nossos defeitos.”**⁶⁷ Neste pequeno recorte, o autor deixa claro que, para ele, a miscigenação com o negro, apesar de trazer **“algumas virtudes”**, traz ainda, **“muito dos nossos defeitos”**⁶⁸, sendo a miscigenação com o negro, um das maiores preocupações dos cientista brasileiros da época. Para Schwarcz (2011) esta preocupação com a miscigenação “centrava-se na inexistência de uma uniformidade étnica e no extremado processo de cruzamento imperante no país”⁶⁹ que segundo estes intelectuais nos distanciava da ‘perfectibilidade’ e resultava no que eles consideravam ‘fraqueza biológica’ da qual o resultado eram as doenças e epidemias, que assolavam o país (Schwarcz, 2011).

A loucura e a criminalidade também tinham para Nina Rodrigues fatores ligados a inferioridade racial e ao mestiçamento. No trecho transcrito a seguir, do capítulo que foi encontrado inacabado após a morte do autor sobre “A sobrevivência psíquica na criminalidade dos negros do Brasil”, tema este que já havia sido amplamente discutido em textos anteriores, como demonstram diversas pesquisas, o autor atrela criminalidade à questão da raça:

A sobrevivência criminal é, ao contrario, um caso especial de criminalidade, aquele que se poderia chamar de criminalidade étnica, resultante da coexistência, numa mesma sociedade, de povos ou raças em fases diversas de evolução moral e jurídica, de sorte que aquilo que ainda não é imoral nem antijurídico para uns réus já deve se-lo para outros. Desde 1894 que insisto no contingente que prestam à criminalidade brasileira muitos atos antijurídicos dos representantes das raças inferiores, negra e vermelha, os quais, são, todavia, perfeitamente lícitos, morais e jurídicos, considerados do ponto de vista a que pertencem os que os praticam.⁷⁰

Segundo Carone, Nina Rodrigues, como médico e antropólogo, representou a primeira posição, influenciado pela sua participação em discussões científicas europeias da escola criminalista italiana e da escola médico-legal francesa. A autora afirma que Rodrigues:

⁶⁷ RODRIGUES, 1988 op. cit. p. 14 (grifo nosso)

⁶⁸ RODRIGUES, 1988 op. cit. p. 15 (grifo nosso)

⁶⁹ SCHWARCZ, 2011 op. cit. p 208

⁷⁰ RODRIGUES, 1988 op. cit. p 273 (grifo nosso)

[...] supunha que a lei biológica nos dava indicações de que os produtos do cruzamento eram tanto menos favoráveis quanto mais se encontravam afastadas as espécies dentro de uma hierarquia zoológica. No caso das raças humanas, embora não se tivesse comprovado a híbridez física dos produtos de cruzamento (esterilidade, por exemplo). Poder-se-ia verificar uma certa híbridez moral, social e intelectual dos mestiços, de acordo com uma certa escala de mestiçagem, dos 'degenerados' aos 'intelectualmente superiores'⁷¹

De acordo com essa escala, Nina Rodrigues propunha a revisão do código penal brasileiro para julgamento diferenciado, caso a caso, da responsabilidade criminal dos mestiços (Carone, 2002). Para Serafim, “Nina Rodrigues direcionaria a si mesmo o poder de dizer o que é ou não ciência em virtude de sua autoridade médica, legitimado pelo espaço em construção da medicina no Brasil no século XIX.”⁷² Segundo Ferretti (1999), O interesse de Nina Rodrigues pelo estudo do negro, advém de sua especialização em Medicina Legal. E utilizando-se das doutrinas da época, ele interessou-se por estudos do atavismo no crime e na loucura, onde, segundo essas teorias, o negro era considerado como raça inferior e propícia ao crime. A maioria dos criminosos se concentrava entre os negros. Como médico legista, passou a realizar estudos de crânios de criminosos, através da craniologia.

Outra evidencia do pensamento racista em Nina Rodrigues reflete-se sobre as religiões africanas praticadas no Brasil, e em especial na Bahia, tanto por negros quanto por mestiços. Rodrigues adota um quadro evolucionista para descrever práticas religiosas. Neste quadro o monoteísmo católico seria a escala máxima da evolução do pensamento religioso, seguido pelo catolicismo idolatra e mitológico praticado pela massa da população composta de brancos, negros e mestiços mais cultos. Após viria a mitologia nagô, e mais abaixo o que ele chama de **“fetichismo estreito e inconvertido dos africanos das tribos mais atrasadas, dos índios, dos negros crioulos e dos mestiços do mesmo nível intelectual”**⁷³. Sobre as conversões entre os negros para religiões monoteísta o autor afirma que:

No fundo das mitologias negras mais complexas e elevadas, na essência da sua conversão ao islamismo como ao cristianismo, tanto quanto na constituição da ordem social dos seus Estados, subsiste,

⁷¹ CARONE, 2002 op. cit. p 15

⁷² SERAFIM, 2011 op. cit. p. 13)

⁷³ RODRIGUES, 1988 op. cit. p 216 (grifo nosso).

mais ou menos alterada, a tendência instintiva da raça a satisfazer os requisitos do estado selvagem.⁷⁴

Para Serafim (2011), ao fazer uma análise sobre o modo como Nina Rodrigues trabalha as religiões africanas afirma que o autor utilizou-se de uma “análise social darwinista e evolucionista”, e sobre suas pesquisas afirmam que:

seu olhar sob tais manifestações, é ainda hoje o ponto de partida para qualquer análise do gênero. E se nos parece estranho o seu discurso sobre as crenças afro-brasileiras, é porque buscou legitimá-lo dentro da linguagem (ou padrões) médicos dos séculos XIX e XX, a qual ele autodeterminou como científica, como desprovida de valores, de plena neutralidade; o que não quer dizer que mereça menos atenção.⁷⁵

Outra evidência importante sobre o racismo na obra de Nina Rodrigues está baseado nos dois capítulos que ele escreveu sobre as revoltas dos escravos Males e sobre a existência de Palmares. Apesar de o texto do autor apresentar um visão benevolente em relação aos revoltosos e quilombolas, neste trecho da obra o autor declara sobre a destruição de Palmares:

A todos os respeitos menos discutíveis é o serviço relevante pelas armas portuguesas e coloniais, destruindo de uma vez a maior das ameaças à civilização do futuro povo brasileiro, nesse novo Haiti, refratário ao progresso e inacessível à civilização, que Palmares vitorioso teria plantado no coração do Brasil.⁷⁶

Segundo Souza (2013), o interesse do autor por esta questão está baseado em grande parte no medo que a população negra e mestiça gerava na elite brasileira e que o negro aparece nos discursos da elite como elemento desestabilizador da ordem social desde o século XIX. Para Azevedo (1987), corria grande temor entre a elite branca de que acontecesse no Brasil o que aconteceu no Haiti. O que havia ocorrido lá, podia acontecer aqui. Nina Rodrigues escreveu sua obra nos anos que se seguem a abolição da escravatura no país, e o destino ex-escravos era um tema discutido e observado de perto pela elite social e científica. Souza afirma:

Para alguém, como Nina Rodrigues, que partilhava das ideias das teorias do “racismo científico” e do “evolucionismo cultural”, o Brasil, a Bahia e

⁷⁴ RODRIGUES, 1988 op. cit. p 220 (grifo nosso).

⁷⁵ SERAFIM, 2011 op. cit. p 27

⁷⁶ RODRIGUES, 1988 op. cit. p 78 (grifo nosso).

Salvador não pareciam ter afastado totalmente o perigo de uma revolta dos negros e mestiços, que continuavam sendo a maioria pobre e não-proprietária. Esse medo em perder a ordem, medo do caos no qual a origem ele entende estar no negro e mulato, possivelmente, o faz pensar o espaço de Palmares como um risco à civilização. Porém o risco não estava apenas no passado, era presente e poderia se repetir num futuro próximo. O medo da paisagem da revolução haitiana sobrepõe a sua escrita sobre Palmares.⁷⁷

Com seu discurso racial, onde a inferioridade da raça negra, e o problema do cruzamento de raças e da mestiçagem no país, que por si só explicariam a criminalidade, a loucura, e a degeneração (Schwarcz, 2011), Nina Rodrigues lançou fundamentos para que outros cientistas, de seu tempo e também posteriores pudessem utilizar o discurso da inferioridade e da degeneração da população brasileira, para expandir a abrangência da discriminação racial. E apesar de sua obra ser uma grande contribuição para o estudo do negro brasileiro, ele está imersa, como vimos aqui, num racismo baseado na ciência, e esta ciência é usada segundo o interesse das elites atuantes à época. Nela o negro é sempre um problema. Sempre, e apesar dos significativos “avanços”, um ser inferior.

⁷⁷ SOUZA, 2013 op. cit. p. 103

4 CONCLUSÃO

A temática da proposta da presente pesquisa girou entorno da figura e do pensamento de Nina Rodrigues, médico, cientista, pesquisador, além de ser amplamente conhecido no meio acadêmico, tanto nacional quanto internacional, por suas pesquisas sobre raça, miscigenação, e tudo o que se relacionava às questões raciais de seu tempo, sendo um dos maiores expoentes da medicina-legal no Brasil. Enfim, um Intelectual que é considerado pela maioria dos estudiosos que discutem questões relacionadas aos povos negros como o primeiro a trabalhar com o tema no Brasil. De fato, sua obra foi uma grande contribuição à historiografia, e suas pesquisas nas questões afro-brasileiras se colocam como uma ferramenta para a compreensão do período que vai da abolição da escravatura até a primeira década do século XX. Mas apesar do modo benevolente com que aparentemente o autor escreve seu texto, tendo o cuidado de tratar o negro brasileiro quase como uma criança a ser cuidada e direcionada, seus textos como vimos, são carregados daquele cientificismo racial que legava aos povos negros, e seus descendentes mestiços ou puros, a estigma da inferioridade racial, teorias estas importadas da Europa e adaptadas ao cenário brasileiro da miscigenação.

Neste sentido, o objetivo principal deste trabalho foi o de analisar o modo como o negro brasileiro e sua história foram retratados na obra de Nina Rodrigues intitulada "Os africanos no Brasil". Bem como compreender o momento em que o autor constrói esta imagem acerca do negro brasileiro, além de buscar identificar na sua obra o discurso construído sobre o homem africano, e desta forma então, contribuir para a compreensão do papel que foi relegado ao negro brasileiro na historiografia nacional.

Como um homem de seu tempo, e uma voz autorizada, Nina Rodrigues utilizou-se das teorias raciais que estavam em voga na Europa do século XIX. para construir um discurso acerca do povo brasileiro, em sua grande maioria negros e mestiços. Sua experiência como médico, e suas pesquisas no campo da medicina-legal o levaram a crer que o mestiço, fruto da mistura racial que ocorria no Brasil, era um fator degenerativo à população do país. Causadora de grandes males, entre eles a propensão à criminalidade, loucura e um baixo nível de inteligência e cultura, causada pela a mistura do sangue negro, considerado inferior na escala evolutiva,

segundo as doutrinas aceitas pelo autor e a grande maioria de seus colegas de academia e do universo intelectual e elitista da época.

Ao levantarmos as teorias raciais criadas na Europa durante o século XIX, sob a expansão do colonialismo europeu e usadas para afirmação de tais práticas, ou seja, a subjugação de outros povos definidos como racialmente inferiores, e ainda o modo como tais teorias são importadas e adaptadas ao cenário brasileiro, é possível visualizar a maneira como o racismo se estabeleceu no Brasil e abriu espaço para que uma classe dirigente se mantivesse no poder. O Brasil era, por esta ótica, um país mestiço e sem grandes chances de remediação. Para muitos teóricos um país fadado à degeneração devido ao grau de miscigenação da população. No entanto, quando importadas, estas teorias raciais precisaram ser repensadas para então serem adaptadas este cenário. Aquele trabalho ficou a critério dos cientistas brasileiros influenciados pela medicina-legal e sanitária ligadas às faculdade de medicina, em especial a da Bahia, mas também a do Rio de Janeiro, na figura dos médicos-peritos e dos sanitaristas, além das instituições de ensino ligadas ao direito

Ao escrever “Os africanos no Brasil”, o autor teve como intenção inventariar a influencia que os povos africanos deixaram no Brasil. Nas línguas, na cultura, na religião, nas artes, e em tudo o que era evidente a influencia africana. Mas de fato, a obra de Rodrigues, apesar de suas boas intenções, em muito contribuiu para a propagação de ideias racistas dos negros e mestiços brasileiros. Suas páginas, independentemente do tema trabalhado, seja religião, cultura ou contribuições linguísticas, pintam sempre a imagem de uma raça ou grupo étnico inferior e causador de inferioridade. Nas páginas do livro é possível identificar, constantemente, depreciações e estigmas impostas a população brasileira negra ou mestiça.

Discutir a obra de Nina Rodrigues evidenciou o racismo científico adotado pela elite social e científica do século XIX e início do século XX, contribuindo para a sua propagação e manutenção. Ainda é possível ver e sentir reflexos daquelas teorias impregnadas no senso comum da sociedade brasileira de hoje. Não podemos, portanto, deixar de ver, no texto do autor, as contribuições de seu trabalho para a compreensão do período. Nina Rodrigues aparece, em uma leitura atual, como uma voz que defende ideais e teorias ligadas a um momento de transformações sociais e políticas muito drásticas, e a formação de uma sociedade

diferente da de então. Seu discurso aparece marcado por uma visão da elite científica social da qual, talvez, o autor não tenha se dado conta, afinal, como ele mesmo declarou sobre a inferioridade racial, ninguém havia lembrado ainda de contestá-las.

Se o tempo de Nina Rodrigues foi um tempo marcado pelo rebaixamento do homem negro aos níveis mais inferiores na escala de humanidade, através das teorias evolutivas e deterministas, onde o branco ocuparia o topo da pirâmide não apenas social, mas também racial, e portanto constituindo-se como “melhor”, “intelectualmente mais desenvolvido”, etc. Em nossos dias a situação parece não ter se alterado profundamente. O negro ocupa ainda um espaço inferior no meio social, e apesar de a ciência já ter refutado todas as ideias de inferioridade racial, e inclusive até mesmo a ideia de “raças”, a grande maioria das pessoas que compõem nossa sociedade ainda se comporta do mesmo modo que se comportava a cem ou cento e cinquenta anos atrás.

Em uma sociedade pretensiosamente branca, onde ser branco equivale a ser aceito e lembrado, e ser negro ainda é ser deixado de fora, sua obra nos permite visualizar historicamente, mesmo que em partes, como foi que chegamos a esta atual situação, passando por todo um processo de educação social invertida, onde as pessoas são definidas melhores ou piores, devido a cor da pele, ou sua inserção no meio cultural e social. E que esta questão não foi uma questão natural, e que precisa ainda hoje ser combatida e revisitada!

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Solange Ramos de. SERAFIM, Vanda Fortuna. **Pensar o intelectual e as fontes de pesquisa em Nina Rodrigues para o estudo das religiões e das religiosidades**. Revista História em Reflexão: Vol. 3 n. 5 – UFGD - Dourados jan/jun 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/208/185>>. Acesso em: 01 Set. 2014

ARENDT, Hannah; RAPOSO, Roberto. **As origens do totalitarismo: Imperialismo, a expansão do poder**. Rio de Janeiro: Documentário, 1992. 256 p.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites - século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 267 p.

BENTO, Maria Aparecida Silva. **Branqueamento e branquitude no Brasil**. p. 25-58. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2002. 189 p.

CARONE, Iray. **Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira**. p. 13-24. In: _____; BENTO, Maria Aparecida Silva. Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. 189 p.

CARVALHO, Alexandre Magno Teixeira de. O processo de produção discursiva: uma visão da contribuição de Michel Foucault ao debate epistemológico. **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**. v. 1, n. 1. 2001. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/7696/5705>. >. Acesso em: 05 Out. 2014.

CORREA, Mariza. Rodrigues e a “garantia da ordem social”. **Revista USP**, São Paulo, n.68, p. 130-139, dezembro/fevereiro 2005-2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/13488/15306>>. Acesso em: 21 Set. 2014.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. SÁ, Magali Romero. O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil no século XIX. **Revista da SBHC**, n. 15, p. 79-88, 1996. Disponível em: <http://www.mast.br/arquivos_sbhc/156.pdf>. Acesso em: 13 Out. 2014.

FERRETTI, Sérgio Figueiredo Ferretti. Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras. **Cad. Pesq.**, São Luís, v. 10, n. 1, p. 19-28, jan/iun. 1999. Disponível em: <[http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%202\(12\).pdf](http://www.pppg.ufma.br/cadernosdepesquisa/uploads/files/Artigo%202(12).pdf)>. Acesso em: 01 Nov. 2014.

GONÇALVES, Sérgio Campos. O método arqueológico de análise discursiva: o percurso metodológico de Michel Foucault. **História e-História**. Campinas/SP: NEE-UNICAMP, v. 1, p. 1-21, 2009. Disponível em:

<http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/ea000715.pdf>. Acesso em: 11 Out. 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, 1988. Disponível em:< bibliotecadigital.fgv.br>. Acesso em: 27 Out. 2014.

LISBOA, Josefa. **O discurso do branqueamento na realidade brasileira da segunda metade do século XIX e a valorização do nacional**. GEONORDESTE, Ano XXIV, n.2, 2013. Disponível em:
<<http://www.seer.ufs.br/index.php/geonordeste/article/viewFile/1512/1337>>. Acesso em: 13 Set. 2014.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. África no Brasil: mapa de uma área em expansão. **Revista Topoi**. 2005. V. 5. Ed. 9 .P 33-53. Disponível em: <
http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/topoi09/topoi9a2.pdf>. Acesso em: 11 Out. 2014.

MONTEIRO, John Manuel. **As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império**. In: MAIO, Marcos Chor. Santos, Ricardo Ventura. RAÇA, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: CCBB: FIOCRUZ, 1996. 252 p.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ed. Ática, 1988. 250 p.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. 184 p.

RIBEIRO, Marcos A. P. **A morte de Nina Rodrigues e suas repercussões**. [19- -]. p. 54-69. Disponível em:
<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/3592/1/afroasia_n16_p54.pdf>. Acesso em: 13 Out. 2014.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. 283 p.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. 409 p. Disponível em:
<<http://www.brasiliana.com.br/obras/os-africanos-no-brasil/pagina/405/texto>>. Acesso em: 04 nov. 2014.

SERAFIM, Vanda Fortuna. O Pensamento Complexo em Nina Rodrigues: Uma Discussão de Teoria e Metodologia. **V Congresso Internacional de Historia**. (PPGH/UFSC). Set. 2011. Disponível em:
<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/210.pdf>>. Acesso em: 22 Set. 2014.

_____. **O discurso de Raimundo Nina Rodrigues acerca das religiões africanas na bahia do século XIX**. Dissertação de Pós - Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2010. 216 p. Disponível em:
<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp122938.pdf>>. Acesso em: 22 Set. 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil : 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 287 p.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **REVISTA USP**, São Paulo, n.53, p. 117-149, mai., 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/33192/35930>>. Acesso em: 27 Out. 2014.

_____. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor. Santos, Ricardo Ventura. **RAÇA, ciência e sociedade.** Rio de Janeiro: CCBB: FIOCRUZ, 1996. 252 p

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos.** 2 ed. São Paulo : Contexto, 2009.. 439 p.

SOUZA, Thyago Ruzemberg Gonzaga de. A Troya negra de Nina Rodrigues: o quilombo dos Palmares, um espaço do racismo científico. **Revista científica das escolas de comunicação e artes e artes e educação.** Universidade Potiguar. Ano II, nº 2, Nov. 2013. Disponível em: <<http://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/viewFile/454/345>>. Acesso em: 12 Set. 2014.

ULPIANO, T. Bezerra de Meneses. **Institutos especializados e museus:** Museu Paulista. Estud. av. vol.8 no.22. São Paulo.Dez. 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n22/84.pdf>>. Acesso em: 13 Set. 2014.

WIKIPÉDIA. **Ilustração de Raimundo Nina Rodrigues.** Disponível em: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/1/1c/Nina_02.jpg/200px-Nina_02.jpg>. Acesso em: 02 Nov. 2014.